

CARTA DE BELO HORIZONTE

CARTA DE BELO HORIZONTE SOBRE A PAN-AMAZÔNIA

Reunidos neste “V Congresso Internacional de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Pan-Amazônia – Integrar e Proteger” e “I Congresso da Rede Pan-Amazônia - Proteger e Integrar”, na Escola Superior Dom Helder Câmara, em Belo Horizonte-MG, entre os dias 19 a 22 de setembro de 2018, os pesquisadores nacionais e estrangeiros externaram suas preocupações com a situação dos territórios Panamazônicos.

O grave cenário é marcado pelo predomínio da lógica econômica sobre o espaço existencial da floresta e dos povos amazônicos, que se expressa, entre outros gravames, no desmatamento desenfreado e na mineração a qualquer custo; na falta de investimento em alternativas que preservem a identidade cultural, os conhecimentos tradicionais e os valores comunitários da Panamazônia e na construção de grandes hidrelétricas com desrespeito ao princípio da precaução e da Convenção 169 da OIT, além da atividade agropecuária causadora de clareiras irreversíveis nos ecossistemas amazônicos em frontal violação às leis nacionais e internacionais de proteção socioambiental.

Os pesquisadores também manifestaram repúdio aos projetos de lei condescendentes com agudas intervenções no meio ambiente panamazônico, em sua vegetação, seus rios, suas terras, seus povos e no espírito da floresta que agoniza. Destacam-se dentre tais projetos: Projeto de Lei nº 3729/2004 (dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.), Projeto de Lei nº 6.299/2002 (altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.), conhecido como “Pacote do Veneno”, e o Projeto de Lei nº 3.751/2015 (dispõe sobre a desapropriação e indenização de propriedades privadas em unidades de conservação de domínio público). Tais projetos já foram objeto de repúdio pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais e foram criticados pelos palestrantes do Congresso.

A Amazônia cumpre função ecológica e climática que se estende além de suas fronteiras e sua geografia. Não é o pulmão apenas do mundo, mas o cérebro, o coração e as veias que dão vida e cor à humanidade inteira. Os pesquisadores, assim sendo, requerem do

governo brasileiro mecanismos efetivos que preservem a Amazônia para as presentes e futuras gerações.

Assinam os participantes e comissão organizadora do “V Congresso Internacional de Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Pan-Amazônia – Integrar e Proteger” e “I Congresso da Rede Panamazônia - Proteger e Integrar”, Escola Superior Dom Helder Câmara, 21 de setembro de 2018.

Pesquisadores:

Afrânio Nardy
Andressa de Oliveira Lanchotti
Boris Wilson Arias López
Bruno Taitson
Chantelle Teixeira
Élcio Nacur Rezende
Émilien Vilas Boas Reis
Gustavo Arturo Zambrano Chávez
João Batista Moreira Pinto
José Cláudio Junqueira Ribeiro
Juan Alfonso Paradisi
Lubia Vinhas
Luiz Felipe Barboza Lacerda
Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro
Renato Soares
René Bedón
Ricardo Schembri
Virginia Totti

Comissão organizadora do evento:

Ana Virgínia Gabrich F. Freire Ramos
André de Paiva Toledo
Beatriz Souza Costa
Cácia Rita Stumpf
Christiane Costa Assis
Franclim Jorge Sobral de Brito
Jamile Bergamaschine Mata Diz
José Adércio Leite Sampaio
Leonardo Cordeiro de Gusmão
Romeu Faria Thomé da Silva
Sebastien Kiwonghi Bizawu
Valmir Cesar Pozzetti